

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho n.º 79/2026

Sumário: Nomeando Juristas e Coordenador para integrar a Comissão para a Revisão do Código Civil Cabo-verdiano.

De 27 de fevereiro

A Comissão para a Revisão do Código Civil Cabo-verdiano, criada pelo Despacho n.º 165/2025, de 6 de agosto, tem por missão avaliar, preparar e propor uma eventual reforma do Código Civil, de modo a responder aos novos desafios e dinâmicas sociais, bem como proceder à sua harmonização com o quadro constitucional e a uma maior coerência sistémica do direito privado.

O atual Código Civil Cabo-verdiano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47.344, de 25 de novembro de 1966, de matriz portuguesa, tornado extensivo às então Províncias Ultramarinas pela Portaria n.º 22.869 de 1967, foi objeto de alterações pontuais, que procuraram adequar o diploma às dinâmicas sociais que entretanto se foram verificando, mas que, por outro lado, deram origem a uma evolução legislativa relativamente fragmentada, que gerou lacunas e inconsistências, e que hoje se reconhece parcialmente desajustada à realidade atual, designadamente em matérias contemporâneas como o uso de meios eletrónicos para a prática de atos jurídicos.

Nos termos do disposto no art.º 3º do referido despacho, a Comissão é composta por juristas de reconhecido mérito e experiência nas diversas áreas do Direito Civil, de entre os quais um coordenador, podendo ainda ser convidados a integrar a Comissão especialistas de outras áreas do saber.

Assim, de modo a definir a composição da Comissão e criar as condições ao seu funcionamento, determino o seguinte:

1 - São nomeados para integrar a Comissão para a Revisão do Código Civil Cabo-verdiano:

- Geraldo da Cruz Almeida, Mestre em Direito, advogado, jurisconsulto e docente universitário, que acumula funções de coordenação;
- Carlos Alberto Wahnnon de Carvalho Veiga, Licenciado em Direito, advogado, jurisconsulto e docente universitário;
- Olavo Francisco Freire, Mestre em Direito, jurisconsulto e docente universitário;
- Ronise Carla Pires Évora, Licenciada em Direito, advogada, jurisconsulte e docente universitária;

- Rui Alberto de Figueiredo Soares, Doutor em Direito, advogado, jurisconsulto e docente universitário;
- Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo, Mestre em Direito, advogada, jurisconsulte e docente universitária;
- Júlio César dos Reis Martins Júnior, Mestre em Direito, advogado, jurisconsulto e Bastonário da Ordem dos Advogados (OACV), em representação da OACV;
- Mara Miranda Resende Dantas dos Reis, Procuradora da República de 1ª classe e Diretora do Departamento Central do Contencioso do Estado da Procuradoria-Geral da República, em representação do Ministério Público.

2 - É igualmente nomeado Júlio Fernando Leite dos Reis Mascarenhas, Licenciado em Direito, para exercer as funções de secretário da Comissão.

O Gabinete da Ministra da Justiça, aos 27 de fevereiro de 2026. — A Ministra da Justiça, *Joana Gomes Rosa Amado*.